



EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Tatiane da Silva Pereira Donato

Professora - EMMRF - Guanambi/Bahia

Suelia Rodrigues da Silva Ribeiro

Assistente de PCD - CEEP - Guanambi/Bahia

Resumo: Este relato de experiência tem como objetivo apresentar as práticas na educação inclusiva em diferentes fases escolares, fundamentado em reflexões teóricas e vivências de uma assistente de aluna e uma professora regente, em duas realidades distintas, a primeira no 1º ano do Ensino Médio do curso profissionalizante de um Colégio Estadual e a outra em turmas do 2º ano do Ensino Fundamental em uma Escola Municipal, ambas do município de Guanambi/Bahia. Evidenciou-se com este relato a importância de uma assistência individualizada para apoiar o aluno nas suas peculiaridades, de um estudo contínuo sobre as deficiências dos alunos, de atividades adaptadas e do apoio de todos os envolvidos no processo para que possibilite que a pessoa com deficiência faça efetivamente parte do processo educacional.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Inclusão. Formação.

INTRODUÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96, assegura o direito de todos à educação. Pelos efeitos desta Lei compreende-se por Educação Especial, a modalidade oferecida na rede regular de ensino, para pessoas com deficiências.

A escola, ao receber os alunos com deficiência assumirá o papel de derrubar as barreiras das diferenças e desigualdade, buscando instituir relações pessoais e sociais de solidariedade (BRASIL, 2001).

Segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Inclusiva, a educação especial é inserida em diferentes níveis de educação, não se baseando apenas na permanência física dos alunos em classes comuns, mas na mudança de concepções e paradigmas devolvendo e desenvolvendo o potencial dessas pessoas sem levar em conta diferenças, atendendo as suas necessidades.

OBJETIVO

- Apresentar as práticas adotadas para contribuir com a educação inclusiva em diferentes fases escolares fundamentado em reflexões teóricas e vivências de uma assistente de aluna e uma professora regente do município de Guanambi/Ba.

METODOLOGIA

Trata-se de dois relatos publicizando as experiências vivenciadas por uma assistente de aluna do 1º ano do Ensino Médio do curso profissionalizante da rede Estadual e uma professora regente de turmas de 2º ano do ensino fundamental da rede municipal, com ênfase às suas práticas e percepções. As ações relatadas ocorreram no município de Guanambi-Ba, tendo como marcos os anos de 2024 e 2016/2024, respectivamente.

RESULTADOS - OS RELATOS DAS EXPERIÊNCIAS

Assistência a uma aluna com T21: Práticas para contribuição da aprendizagem

Sou pedagoga, e no ano de 2024, assumi, pela primeira vez, a função de assistente de uma aluna da rede Estadual de Guanambi. Trata-se de uma adolescente, que neste relato chamarei de Estrela, de 16 anos de idade diagnosticada com Trissomia do Cromossomo 21 (Síndrome de Down), com deficiência intelectual moderada associada, esperta, comunicativa, que adora desenhar, que se manifesta com confiança e clareza demonstrando o que quer e que tem uma amiga imaginária com a qual passa boa parte do tempo conversando.

Durante as aulas Estrela demonstra maior interesse em ficar rabiscando, desenhando cortando e colando papel em um caderno que leva sempre consigo. Ela apresenta pequena resistência em realizar as atividades propostas pelos professores, indagando com bastante inquietude: *vai demorar? já acabou?* Como sua assistente procuro incentivá-la e auxiliá-la a realizar todas as atividades propostas. Sempre faço a leitura para Estrela, visto que ela é leitora apenas de sílabas simples, e na hora da escrita digo letra por letra para que consiga fazer o registro. Quando necessário faço, com a autorização do professor, adaptações focando no seu campo de interesse.

Durante uma aula de Educação Física, por exemplo, em que estava sendo trabalhado a leitura sobre glicídios e lipídios. Realizei junto a Estrela uma atividade de recorte e colagem de imagens, coloridas, de alimentos e substâncias e separamos classificando-os e explicando a suas

funções. Ao finalizar a atividade ficou perceptível que ela conseguiu compreender o tema proposto.

No dia a dia acompanhando a aluna, fora da sala de aula, percebo que ela possui um bom relacionamento com os colegas e professores, baseado em muito respeito e carinho, e que as ações propostas pela escola que proporcionam e favorecem a convivência e estimulam a autoconfiança vem contribuindo para o seu desenvolvimento e aprendizagem.

A importância da formação/informação para uma docência inclusiva

Ao iniciar minha carreira docente, em 2016, assumi uma turma de 2º ano com 25 alunos, sendo 1 diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Até então, a única experiência que possuía em sala de aula era a adquirida no estágio durante o curso de pedagogia e as teorias estudadas no Componente Curricular de Educação Inclusiva, onde foram discutidas Leis e Resoluções em torno da educação inclusiva e inclusão sem dar ênfase na prática docente, deficiências e suas necessidades.

Este foi o meu primeiro desafio, minha primeira frustração, pois ao mesmo tempo que estava entusiasmada para colocar tudo em prática do que aprendi durante a formação percebi que muitas eram as dificuldades enfrentadas no chão da sala de aula, e que talvez apenas as teorias estudadas durante a graduação não seriam o suficiente, principalmente no que diz respeito a inclusão da pessoa com deficiência. E assim surgiu as indagações: Como ajudar o meu aluno? Quais as suas principais dificuldades? Como adaptar as minhas aulas para atingi-lo?

Comungo com Freire (2001), quando diz que a reflexão da própria prática com qualificação nos permite melhorar a qualidade da educação e que uma formação permanente ocorre com a prática de analisar sua prática.

É a partir dessa reflexão que, faço leituras, estudos e formações em busca de compreender a inclusão de pessoas com deficiência na educação, assim como as principais dificuldades apresentadas em determinadas deficiências, para que assim possa contribuir na aprendizagem destes alunos.

Além desses estudos, participo das formações disponibilizadas pela Secretária Municipal de Educação, porém, raramente se discuti as necessidades dos alunos com deficiência e como deve acontecer de fato a inclusão. Sendo assim, cabe a nós irmos em busca dessas informações para que possamos ter êxito em nossas práticas e que aconteça a inclusão de maneira satisfatória.

Recordo-me de uma experiência enquanto atuava em uma turma de 2º ano, em 2018, com um aluno com deficiência, o qual chamarei neste relato de Ariel, que se recusava a realizar as atividades, ao aproximar-me dele e questioná-lo qual o motivo de não as realizar ele me disse: *“eu sou burro tia, eu não aprendo”*. Neste momento, conversei com ele tentando convencê-lo que isso não era verdade, e deste dia em diante, sempre tentei o envolver em todos os momentos, tanto de oralidade como de registro no quadro. No começo, ele não queria participar e eu respeitava a sua decisão.

Em um determinado dia, em que Ariel não compareceu a escola, um colega questionou: *“tia, porque você chama Ariel para o quadro, sendo que ele não aprende e não sabe nada?”*. Nesse momento, mudei o meu planejamento e começamos um diálogo sobre inclusão e respeito as diferenças. Assistimos ao vídeo Maria, que conta a história da inclusão de uma criança deficiente na escola e realizamos algumas atividades de leitura, dinâmicas, vídeos e pinturas, durante toda semana,

Após este trabalho, os colegas ao me ouvirem encorajando a participação de Ariel juntavam-se a mim chamando-o e assim ele começou a participar, demonstrando maior entusiasmo e interesse. Ao retornar do recesso do 1º semestre ele me chamou sorridente e disse: *“tia eu conseguir fazer a atividade sozinho, é verdade, eu não sou burro!”*.

Essa experiência fez-me entender que momentos de estudos, conscientização, trocas de experiências e formações sobre o processo de inclusão são necessários não apenas aos docentes, mas a todos os envolvidos no processo de inclusão. Ao conhecer o aluno, suas dificuldades, contexto familiar e deficiência torna-se possível planejar uma atividade de modo a inclui-lo e ajuda-lo na construção da sua aprendizagem, confirmando a ideia de Miranda (2019), na qual afirma que é importante perceber a realidade a sua volta e as necessidades que ultrapassam as citadas nos documentos oficiais, e que elas devem ser conhecidas e atendidas para que a proposta de igualdade se concretize no contexto escolar.

CONCLUSÃO

Evidenciou-se com este relato a importância de uma assistência individualizada para apoiar o aluno nas suas peculiaridades, de um estudo sobre as deficiências dos alunos, de atividades adaptadas e do apoio de todos os envolvidos no processo, principalmente os outros alunos para que possibilite que a pessoa com deficiência faça efetivamente parte do processo educacional.

Concluímos com a compreensão que uma educação inclusiva só é possível com a contribuição de todos de maneira a fomentar a participação dos alunos deficientes, criando oportunidades à inclusão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Federal Nº. 9394 de 20 de dezembro**. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/>. Acesso em 12 ago. 2024.

_____. **Resolução CNE/CEB nº. 2 de 11 de setembro de 2001**. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em 12 ago. 2024.

FREIRE, Paulo. **Política e educação: ensaios**. 6a ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MIRANDA, Fabiana Darc. **Aspectos Históricos da educação Inclusiva no Brasil**. Pesquisa e Prática em Educação Inclusiva, v. 2, n. 3, p. 11-23, 2019.